



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Unidade de Rosana

Os impactos do Turismo de Segunda Residência na represa de Itupararanga

JAMILA TORII TANAKA

Rosana
2008



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Unidade de Rosana

Os impactos do Turismo de Segunda Residência na represa de Itupararanga

JAMILA TORII TANAKA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Turismo na
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Orientador: Prof. Dr. Edson Luís Piroli

Rosana
2008

Folha de Aprovação

Autor(a): Jamila Torii Tanaka

Título: Os impactos do Turismo de Segunda Residência na represa de Itupararanga

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do título Bacharel em Turismo, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes professores e convidado:

Orientador – Prof. Dr. Edson Luís Piroli

Banca Examinadora – Prof. Dr. Adão Robson Elias

Banca Examinadora – Mestrando Yuri Correa dos Reis

Rosana, _____ de _____ de 2008.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus amados pais, pelo fundamental apoio em todas as decisões importantes da minha vida. A minha grande família e amigos, companheiros de luta que estão sempre presentes nos bons e maus momentos. A todos os funcionários e professores de Rosana, que permitiram a realização do meu curso de turismo. Aos amigos e companheiros de casa durante a faculdade (incrível família formada), que a partir de agora, são parceiros de trabalho. A minha banca examinadora, composta de pessoas fundamentais na minha formação profissional e pessoal e principalmente, meu orientador, pela paciência, dedicação e coerência em cada palavra utilizada e postura profissional. Vocês são admiráveis.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a identificação dos impactos positivos e negativos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga e ainda, a verificação de como a mesma já foi beneficiada e prejudicada com esse turismo. A pesquisa se desenvolverá por meio da aplicação de questionários com os turistas e constante revisão bibliográfica sobre o assunto, outrossim, buscar-se-á propor ferramentas que subsidiem o planejamento e o desenvolvimento de um turismo de práticas sustentáveis, bem como a proposição de medidas mitigatórias nos impactos, contribuindo desse modo para a conservação e proteção do local.

ABSTRACT

The main problem of this work is identify the positive and negative impacts of tourism on the second residence of Itupararanga's dam and to check on how it has benefited and been damaged by this tourism. The research will develop through the use of questionnaires with tourists and constant review literature on the subject, instead, will be offer proposes that will subsidize the planning and development of a sustainable tourism practices, and to the planning mitigation measures impact, thereby contributing to the conservation and protection of the place.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: O PROBLEMA	8
1.1. Introdução	8
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1. Turismo.....	11
2.2. Impactos Econômicos do Turismo	12
2.3. Impactos Ambientais do Turismo	12
2.4. Impactos Socioculturais do Turismo	14
2.5. Turismo de Segunda Residência	14
2.6. Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Turístico.....	16
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	20
3.1. Plano de Trabalho	20
3.2. Modelo do estudo	20
3.3. Instrumentos	21
3.4. Procedimento da coleta de dados:	21
3.5. Tratamento dos dados	21
CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1. Caracterização da área de estudo.....	23
4.1.1. Área do Estudo	23
4.1.2. A atividade turística na represa	25
4.1.3. Outras atividades sócio-econômicas na represa:	27
4.1.4. A segunda residência / residência secundária.....	28
4.2. Avaliação e Discussão dos Resultados	28
4.2.1. Prefeitura Municipal	28
4.2.2. SOS Itupararanga e fontes de pesquisa	29
4.2.3. O perfil dos turistas de segunda residência	30
4.2.4. Os impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga.....	43
4.2.5. O turismo de segunda residência na represa de Itupararanga e as suas tendências	45
CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de Satélite da Represa de Itupararanga – Arquivo pessoal.....	23
Figura 2 – Imagem aérea da barragem da represa de Itupararanga - Foto concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna.....	24
Figura 3 - Imagem aérea do Condomínio Porto de Ibiúna. Foto concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna.....	25
Figura 4 – Imagem aérea do condomínio Veleiros de Ibiúna. Imagem concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna.....	26
Figura 5 – Pier em residência do condomínio Mirim Açú – Imagem concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna.....	27
Figura 6 – Gráfico representando o sexo dos entrevistados.....	31
Figura 7 – Gráfico representando a faixa etária dos entrevistados.....	31
Figura 8 – Gráfico representando o nível de escolaridade dos entrevistados.....	32
Figura 9 – Gráfico representando o estado civil dos entrevistados.....	33
Figura 10 – Gráfico representando a identificação da renda mensal dos entrevistados.....	33
Figura 11 – Gráfico representando a identificação do local da residência permanente.....	34
Figura 12 – Gráfico representando o questionamento: Você mora no município de Ibiúna? ..	35
Figura 13 – Gráfico representando a motivação pela visita a Ibiúna ..	36
Figura 14 – Gráfico representando o meio de hospedagem utilizado durante a permanência em Ibiúna.....	37
Figura 15 – Gráfico representando o tempo de permanência (em dias) no local	38
Figura 16 – Gráfico representando qual a companhia de viagem	39
Figura 17 – Gráfico representando se o entrevistado possui casa na represa.....	40
Figura 18 – Gráfico representando se o entrevistado respeitou a legislação ambiental para a construção.....	40
Figura 19 – Gráfico representando se o entrevistado utiliza a represa diretamente.....	41
Figura 20 – Gráfico representando a utilização da represa pelos entrevistados.....	42
Figura 21 – Gráfico representando se o entrevistado se interessa em assuntos relacionados a preservação da represa.....	43

CAPÍTULO I: O PROBLEMA

1.1. Introdução

Ibiúna, município localizado há 70 quilômetros da cidade de São Paulo, é muito conhecida pelos paulistanos por seus grandes condomínios de luxo, casas de veraneio, pousadas e hotéis, a grande maioria, ao redor da represa de Itupararanga. Por esse motivo e pela grande quantidade de belezas cênicas, conquistou o título de Estância Turística, desde o ano 2000. Ocupa uma área de 1093 km², o que a classifica como o 34º maior município do Estado. Sua população é de aproximadamente 75 mil habitantes, mas nos finais de semana, recebe um acréscimo de aproximadamente 10 mil pessoas (dados obtidos na Prefeitura Municipal), que visitam a cidade a procura de descanso.

A represa de Itupararanga, formada pelos rios Sorocabuçu, Sorocamirim e Una (Rio Sorocaba), está localizada no alto curso do rio Sorocaba, maior afluente do rio Tietê pela margem esquerda e situa-se na sub-bacia conhecida por Médio-Tietê. Foi construída pela empresa Light para gerar energia elétrica para a indústria de cimentos Votorantin e seu funcionamento se iniciou em 1912. A represa, que controla uma área de drenagem de 936,51 km², tem aproximadamente 26 km de canal principal e 192,88 km de margens, ocupando parcialmente, os municípios de Ibiúna, Piedade, São Roque, Cotia, Vargem Grande Paulista, Mairinque, Alumínio e Votorantin.

Atualmente, as margens da represa Itupararanga em Ibiúna, são praticamente ocupadas por empreendimentos imobiliários. É perceptível que a vegetação de seu entorno está degradada, em conseqüência da implantação desses empreendimentos, má utilização do solo pela agricultura e irrigação e ainda, pela atividade turística.

O Turismo de Segunda Residência, principal atividade turística já estabelecida na represa de Itupararanga, é definido como o deslocamento de pessoas residentes nas grandes metrópoles nos finais de semana, a procura de lazer e descanso em seus imóveis rurais (chácaras, sítios, casas de veraneio, casa de temporada ou rancho), característicos da sociedade contemporânea para o aproveitamento do tempo livre.

Nota-se que os proprietários dessas residências em Ibiúna, que fazem parte de uma classe média alta urbana, são motivados pelo desejo de fruição da natureza e, conseqüentemente, utilizam-se de espaços geográficos para a construção de uma boa infraestrutura e portanto, consomem recursos naturais, degradando o meio ambiente na maioria das

vezes. Mas ao mesmo tempo, trazem benefícios econômicos para a população, cofres públicos e investidores privados.

Com a atividade turística crescente, irrigação da agricultura local e ainda o abastecimento de Ibiúna e municípios vizinhos, a represa de Itupararanga está sofrendo fortes danos ambientais. Para evitar tais abusos, busca-se o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias que permitam o uso dos recursos naturais sem, no entanto, destruí-los. Um planejamento moderno e a elaboração de planos de desenvolvimento podem servir como alternativas importantes na utilização econômica do espaço geográfico, com sua mínima alteração.

Com a identificação dos impactos do Turismo de Segunda Residência na represa de Itupararanga, em virtude dessa exploração e ainda, a verificação de como a mesma já foi beneficiada e prejudicada com o turismo, será possível auxiliar a elaboração de futuros projetos ligados ao planejamento turístico do município. Além disso, traçando o perfil dos turistas que freqüentam o local, é possível analisar as necessidades e desejos de um determinado público alvo.

O turismo de segunda residência cresce a cada dia no município de Ibiúna, que possui condições naturais intrínsecas para o desenvolvimento dessa atividade. Identificando os impactos positivos e negativos já ocorridos na represa de Itupararanga, devido a atividade, buscou-se com este trabalho levantar estes aspectos e propor ferramentas que subsidiem o planejamento e o desenvolvimento de um turismo mais sustentável.

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar e compreender os impactos que o turismo de segunda residência vem causando na represa de Itupararanga, no município de Ibiúna, podendo-se ainda, elencar outros objetivos como:

- ✓ Identificação do perfil dos turistas que freqüentam a represa;
- ✓ A observação dos pontos turísticos mais freqüentados da represa;
- ✓ Propostas de medidas mitigatórias para a conservação e proteção da represa;
- ✓ Recomendações gerais para o desenvolvimento do turismo sustentável na represa

O estudo e pesquisa realizados por este trabalho são importantes para a Estância Turística de Ibiúna, visto que, a represa de Itupararanga abastece Ibiúna e municípios vizinhos, irriga propriedades rurais locais e principalmente, é considerada uma grande atração turística na região. Como está sendo explorada de maneira equivocada e desordenada pelo turismo de segunda residência, é essencial um bom entendimento de todos esses fatores para

que posteriormente, sejam analisados e implantados pela Prefeitura Municipal local ou por outros órgãos sociais interessados, através de programas de adequação de ocupação da área.

Os resultados do presente trabalho, podem ser ampliados aos municípios limieiros, todavia, é necessário que sejam tomadas algumas precauções, para avaliar se a atividade turística dos demais municípios são compatíveis, assim como outras observações peculiares relevantes para o sucesso das atividades a serem implantadas.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Turismo

O turismo é considerado um fenômeno ligado à civilização moderna. É entendido como uma atividade temporal do homem fora de sua residência habitual, por razão diferente daquela de exercer uma atividade remunerada. (SARTOR, 1977). No mundo inteiro, cresce em ritmo acelerado, sendo considerado uma importante atividade principalmente nessa Era de Globalização, onde os serviços e a tecnologia estão cada vez mais avançados e mais rápidos (BENI, 2003).

De acordo com Burns (2002), o turismo é constituído, basicamente, por três elementos: a demanda por viagens (fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que possibilitam viagens); a prestação de serviços de intermediários (hotéis, transportes, agentes de viagens, guias turísticos) e o poder de atração dos destinos (atrativos naturais e culturais, acessibilidade, estabilidade política e econômica).

O processo de urbanização, metropolização e ampliação de tempo livre em relação às horas trabalhadas contribui para o desenvolvimento da atividade turística, como fuga de tensões e estresse, gerando uma movimentação de pessoas que cria um sem-número de transformações nas localidades onde o turismo acontece. Essas transformações podem ser observadas nos atrativos e/ou os recursos naturais e culturais locais (BISSOLI, 1999).

Segundo Bahl (2003) a atividade turística movimenta o país através de recursos financeiros, emprega mão-de-obra, permite o intercâmbio cultural, promove o embelezamento paisagístico e pode melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas. Em contrapartida, a falta de conhecimento de suas conseqüências danosas, a falta de preocupação com o bem-estar da população residente e com a preservação do ambiente por parte dos administradores, a falta de planejamento e o comportamento capitalista selvagem podem levar a destruição do potencial natural e cultural de um lugar em curto espaço de tempo. Isto significa destruir a matéria-prima do turismo.

Para Bissoli (1999), o desenvolvimento originário do fluxo de turistas pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar um sem-número de problemas sérios para as comunidades afetadas. Com isso, o equilíbrio entre a natureza e o turismo, onde a primeira constitui a “matéria-prima” para o segundo, necessita ser regulado e disciplinado, Ruschmann (2002). As atividades turísticas são mais recentes que as demais atividades e incorporam a tradição da exploração (FERRETTI, 2002).

Ruschmann (2002) cita que pouca ou nenhuma atividade econômica apresenta condições intrínsecas tão favoráveis para a conciliação do desenvolvimento com o meio ambiente quanto o turismo.

2.2. Impactos Econômicos do Turismo

Tem-se notado que os impactos econômicos do turismo são freqüentemente observados em curto prazo, ou até mesmo imediatamente. Pode-se ver turistas chegando em aeroportos e gastando dinheiro. Os impactos sociais e culturais levam mais tempo para aparecer e, como mudanças qualitativas, podem ser sutis e difíceis de mensurar. LICKORISH e JENKINS (2000).

Ignarra (2003), afirma que os impactos econômicos do turismo podem ser tanto positivos quanto negativos. Entre os positivos encontra-se o efeito do aumento da renda no destino turístico, o estímulo aos investimentos e ainda e o seu poder de redistribuição de renda, a qual se dá em níveis espacial e de classes sociais.

O mesmo autor também afirma que muitos impactos econômicos do turismo mostram-se negativos como, por exemplo, o efeito inflacionário que o turismo provoca. Outro efeito econômico negativo do turismo refere-se à dependência quase exclusiva que algumas regiões passam a ter dele. Em muitas delas, a preservação dos atrativos naturais e culturais e a utilização das áreas rurais para a exploração do ecoturismo, do turismo de aventuras e do turismo rural inibem o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como a agricultura, a mineração e a indústria. Os impactos econômicos do turismo, não raramente, podem provocar reflexos ambientais e sociais.

Segundo Fernandes (2002), os resultados positivos ou negativos dos impactos econômicos do turismo sobre uma comunidade dependerão, em grande parte, do grau de desenvolvimento da região em estudo, pois qualquer indústria pode acarretar dois tipos de efeitos sobre a economia: a) intensa atividade de investimento, com períodos de expansão quando da sua implantação; e b) operação propriamente dita.

2.3. Impactos Ambientais do Turismo

Ferretti (2002) afirma que para se entender os impactos que o turismo causa no ambiente, é necessário compreender sua acepção mais ampla, o conceito de ambiente, que envolve, além do meio natural, as dimensões sociocultural e econômica.

O turismo provocará impactos positivos e negativos no ambiente, tendo em vista a complexidade das reações de interdependência entre seus elementos. Os efeitos desses impactos ocorrerão no tempo e no espaço, envolvendo o homem, a sociedade e o entorno natural (FERRETTI, 2002).

Segundo a mesma autora, o impacto positivo da atividade turística reside no fato de que, a partir da força do interesse turístico, podem ser gerados recursos e ações efetivas para a proteção dos recursos naturais. Essas ações poderão ser efetivadas por meio de projetos e empreendimentos ecoturísticos. Já os impactos negativos do turismo sobre o ambiente natural ocorrerão na formação geológica, na vegetação natural, na água, no ar, na vida selvagem, principalmente.

Dentre os impactos positivos da atividade turística no meio natural, Ruschmann (1997) destaca a criação de áreas de preservação e de programas de proteção da fauna e da flora, por entidades governamentais e não-governamentais. Assim, o turismo pode ter efeitos benéficos no meio ambiente, contribuindo para a proteção ambiental e a conservação. É um caminho para o desenvolvimento da consciência dos valores ambientais e pode servir como ferramenta para financiar a proteção das áreas naturais (DIAS, 2003).

Ruschmann (2002) percebe que os impactos negativos do turismo sobre o meio natural e sociocultural superam os positivos. Desta forma, tal fato não pode ser ignorado pelos órgãos governamentais e pelos empresários do setor, pois alguns danos são irreversíveis e comprometem a característica natural desses meios – motivo principal da visita dos turistas, que buscam experiências junto a ambientes ecologicamente conservados.

É sabido que todo e qualquer projeto desenvolvimentista interfere no meio ambiente, e, sendo certo que o crescimento é um imperativo, impõe-se discutir os instrumentos e mecanismos que os conciliem, diminuindo ao máximo os impactos ecológicos negativos e, conseqüentemente, os custos econômico-sociais (AB´SABER, 2002).

Não existem modelos que tenham aceitação geral para a avaliação de impacto ambiental (AIA). Em muitas destinações turísticas ambientalmente sensíveis, há poucos atos legislativos e ainda menos órgãos com poderes para salvaguardar o meio ambiente com relação ao desenvolvimento do turismo. Os impactos ambientais não são os únicos do turismo, mas essa atividade recebe uma parte desproporcional da crítica por seus impactos negativos. Os impactos ambientais se manifestam nos níveis direto, indireto e induzido e todos os três níveis devem ser levados em conta durante o processo de avaliação (COOPER, 2001).

Lançando-se um novo olhar sobre a turistificação e seus atores, criam-se territórios eminentemente turísticos com pouco ou nenhuma integração das populações nativas, marginalizadas com relação ao uso dos recursos. A natureza, espaço público de bem comum, é transformada em espaço privado, desrespeitando a legislação ambiental existente e comprometendo os ecossistemas. Lugares e populações são comercializados como atrativos para serem consumidos (FONTELES, 2004).

2.4. Impactos Socioculturais do Turismo

Há ainda, os impactos socioculturais que, segundo Ferretti (2002), afetam uma série de aspectos, podendo ser positivos ou negativos. Esta é uma questão muito delicada, pois, como envolve grande percepção individual, a mensuração fica difícil.

Os impactos sociais, como regra geral, estão relacionados à transformação nas vidas das pessoas que moram em comunidades-destino, e estão mais associados ao contato direto entre moradores e visitantes. Os impactos culturais estão ligados à mudança nas artes, artesanato, costumes, rituais e arquitetura de um povo, constituindo-se em mudanças de longo prazo, que resultam mais do desenvolvimento turístico. Como a maior parte das conseqüências do turismo envolve mudanças na vida cotidiana e na cultura, o termo impactos sócio-culturais é utilizado para referir-se a mudanças nas experiências no dia a dia dos residentes, bem como em seus valores, estilo de vida e produtos intelectuais e artísticos (FERNANDES, 2002).

2.5. Turismo de Segunda Residência

No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sobe a égide do ‘nacional-desenvolvimentismo’ que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer. O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformou em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (BECKER, 1995).

Segundo Tulik (2001), a casa de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar, ou seja, a segunda residência. São domicílios particulares que servem de moradia ou de estada turística, excluindo os hotéis, relacionados à recreação e ao lazer do usuário. São utilizados durante o fim de semana, férias ou outro fim. A idéia de residência secundária contrapõe-se à de residência permanente também denominada principal, normal ou primária, ou seja, o ocupante de residência secundária deve obrigatoriamente habitar outro domicílio, considerado principal. (TULIK, 2001).

Complementando, Graziano da Silva, et al. (1998) definem a segunda residência como pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a dois hectares, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do país.

Langenbuch (1977), considera que as residências secundárias geralmente estão localizadas na área rural de municípios vizinhos de grandes centros urbanos, identificados para a região metropolitana como cinturão circummetropolitano de chácaras de veraneio, localizados nos municípios que contrapõem a grande São Paulo, num raio de até no máximo 100 Km do centro da cidade.

Tulik (2001) adverte que a residência secundária é um investimento que não oferece liquidez e nem rentabilidades imediatas, pois a venda está sujeita às leis da oferta e da procura e, nem sempre estes imóveis são alugados, permanecendo vazios na maior parte do ano. Porém adverte que a aquisição de uma casa em regiões de represas valorizou-se de maneira espetacular, sendo extremamente elevados os preços das casas de campo e difícil aquisição dos terrenos resultantes de loteamentos ali feitos. Ainda segundo a autora, a distribuição dos meios de hospedagem tem sido amplamente utilizada para medir variações espaciais do turismo, pois constituem uma das mais visíveis e tangíveis manifestações dessa atividade.

2.6. Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Turístico

Um programa de gestão, planejado e implementado corretamente, pode servir para melhorar a competitividade de uma localidade turística. Por outro lado, para que o produto turístico seja cada vez mais competitivo, é necessário adaptá-lo às necessidades do mercado, o que implica eficiência na execução de programas de desenvolvimento sustentável (BISSOLI, 2002), que segundo a Gestão de Recursos Naturais (2001) é o desenvolvimento social e econômico estável e equilibrado, com mecanismo de distribuição das riquezas geradas e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos elementos naturais. Significa, ainda, gerar riquezas utilizando os recursos naturais de modo sustentável e respeitar a capacidade de recuperação e recomposição desses recursos, criando mecanismos que permitam o acesso a esses recursos por toda a sociedade.

Barbieri (2000) enfatiza que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação dos recursos naturais. Isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

O turismo voltado para a contemplação e utilização dos espaços turísticos de uma forma sustentável passou a receber maior atenção das pessoas na década de 70 Ansarah (2001), sendo atualmente, considerado uma ferramenta de conservação dos atrativos naturais.

Ruschmann (1997) lembra a definição dada pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento referente ao termo desenvolvimento sustentável, como sendo: “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas”.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável, que inclui a prática do turismo sustentável, foi adotado pelas Nações Unidas, pela OMT e por muitos governos nacionais, regionais e locais. Turismo sustentável significa que os recursos naturais, históricos e culturais para o turismo sejam preservados para o uso contínuo no futuro, bem como no presente. Na verdade, esses

recursos podem ser ampliados pelo turismo onde for necessário. O turismo sustentável significa também que a prática do turismo não acarrete sérios problemas ambientais ou socioculturais, que a qualidade ambiental da área seja preservada ou melhorada, que um alto nível de satisfação do turista seja mantido, de forma a conservar os mercados para o turismo e a expandir suas vantagens amplamente pela sociedade.

Atualmente, inúmeras abordagens definem o desenvolvimento sustentável como produto de um processo que envolve eficiência econômica, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social, sendo que: a sustentabilidade ambiental implica a definição de limites de uso dos recursos naturais, para evitar sua exaustão e a superação da capacidade de suporte dos ecossistemas; a sustentabilidade social envolve, entre outros aspectos, a distribuição dos impactos de políticas públicas e o acesso aos recursos e serviços, a justiça dessas distribuições, os níveis de saúde das comunidades e o padrão de oportunidade das pessoas; a eficiência econômica, por sua vez, é avaliada com a análise dos processos produtivos, considerando as tendências de maior geração de benefícios com o menor uso de recursos (ROMEIRO, 2004).

Desta forma, surge o conceito de turismo sustentável que é aquele que ocorre em harmonia com a natureza e que visa à conservação dos recursos naturais para as gerações futuras (Swarbrooke, 2000).

O mesmo autor defende que o turismo sustentável apresenta vários benefícios para o ambiente natural, tais como: estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema; demonstra a importância dos recursos naturais e culturais e pode ajudar a preservá-los.

A sustentabilidade de determinada atividade está intrinsecamente ligada ao planejamento da mesma, assim, segundo Dias (2003), o uso do território pela atividade turística e a fragilidade dos recursos dos quais depende o Turismo para sua continuidade justificam por si só a necessidade de recorrer a técnica de planejamento como forma de garantir um desenvolvimento turístico sustentável. Esclarecendo ainda, Hall (2001) fundamenta que embora o planejamento não seja uma panacéia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar impactos potencialmente negativos e maximizar retornos econômicos nos destinos.

A busca do equilíbrio necessário para que o desenvolvimento da atividade beneficie a conservação ambiental, as comunidades receptoras e os turistas envolvem, necessariamente, um planejamento multisetorial (RUSCHMAN, 2002).

Petrocchi (2002) diz que o planejamento tornou-se imprescindível ao desenvolvimento do turismo, uma vez que na atualidade, milhões de pessoas e bilhões de dólares se movimentam pelo planeta em função desta atividade. Observa que o turista interage com a sociedade, a cultura e o meio ambiente das regiões hospedeiras, podendo interferir fortemente nestes locais, e em função da falta de planejamento, inclusive afetar o potencial turístico da área visitada.

Considerando o uso de determinado espaço, o planejamento constitui uma técnica de uso imprescindível pelas administrações públicas municipais que apostam no desenvolvimento do turismo. Esse planejamento é necessário, porque o território é um elemento básico no desenvolvimento turístico, pois abriga os recursos ambientais e culturais dos destinos turísticos, além de ser o espaço destinado à instalação da infra-estrutura e dos equipamentos que irão atender o fluxo de visitantes (DIAS, 2003).

Segundo Ansarah (2001) o planejamento consiste em um conjunto de atividades que envolvem a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Tem como objetivo o aprisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades. O planejamento turístico deve ordenar as ações do homem sobre o território a fim de evitar que este cause danos irreparáveis para o meio ambiente, através de construções inadequadas que destruam a atratividade da área e também, dos impactos ambientais como pisoteamento excessivo, poluição e acúmulo de lixo.

Deverá considerar ainda que a conservação dos recursos naturais de valor paisagístico notável deve atentar para o fato de que o meio ambiente é considerado patrimônio público e o aspecto da sua conservação ecológica deverá estar equilibrado com o uso comum pelo povo, possibilitando a todos os cidadãos o contato com a natureza (RUSCHMANN, 2002).

Um dos aspectos considerados importantes no planejamento turístico é o zoneamento, que constitui basicamente um planejamento territorial que permite organizar racionalmente o uso do espaço. Mediante o zoneamento se estabelece o tipo de manejo para cada território em correspondência com suas características naturais, histórico-culturais e socioeconômicas (GONÇALVES, 2001).

Bissoli (2002) afirma que ao se trabalhar com planejamento turístico não se deve negligenciar a necessidade de mudanças estruturais e qualitativas, nem a avaliação de uma nova organização espacial das atividades. Portanto, o planejamento deverá contabilizar todas as possíveis formas de impactos, prevendo, se possível, a que nível, para que as

conseqüências não sejam profundas e já sugerir programas que minimizem os efeitos (FERRETTI, 2002).

A elaboração de planos de desenvolvimento turístico para municípios principalmente de pequeno porte que ainda têm condições de criar uma atividade turística sustentável deve ser realizada por técnicos e instituições para os quais a multidisciplinaridade seja relevante, como conclui (BISSOLI,2002).

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

3.1. Plano de Trabalho

Para a elaboração da pesquisa, as seguintes metas foram cumpridas:

- ✓ Pesquisa e revisão bibliográfica;
- ✓ Confeção do esboço do projeto de pesquisa;
- ✓ Elaboração do projeto de pesquisa;
- ✓ Obtenção de documentos aerofotográficos;
- ✓ Planejamento dos trabalhos de campo, com consultas às secretarias do município, prefeitura e ONG de proteção à represa de Itupararanga;
- ✓ Definição dos locais de aplicação de questionários;
- ✓ Aplicação dos questionários, para análise do perfil dos turistas que freqüentam o local estudado
- ✓ Organização e análise dos dados coletados;
- ✓ Criação de um banco de dados com as informações coletadas;
- ✓ Editoração e confeção do trabalho final, juntamente com as considerações finais.

3.2. Modelo do estudo

No presente trabalho utilizou-se predominantemente a abordagem qualitativa de pesquisa, porém, ressalta-se que a pesquisa quantitativa também foi utilizada, para que o público específico estudado fosse analisado.

Sobre a pesquisa qualitativa, pode se dizer que, ela permite estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. Desta forma, um fenômeno pode ser mais bem compreendido dentro do seu contexto, quando analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador deve ir a campo captar o fenômeno em estudo, a partir da percepção das pessoas, considerando todas as visões e opiniões relevantes (GODOY, 1995).

3.3. Instrumentos

A pesquisa foi fundamentada através de referências bibliográficas, essenciais para a aquisição de dados e informações científicas, consulta às secretarias de turismo e meio ambiente do município de Ibiúna, visita constante a ONG SOS Itupararanga, freqüente análise de reportagens locais, através do Jornal Voz de Ibiúna, aplicação dos questionários fechados, além dos conhecimentos pessoais sobre a região estudada.

3.4. Procedimento da coleta de dados:

A área de estudos é compreendida pela zona rural de Ibiúna, município que se localiza a 70 km da capital paulista, especificamente na região da represa de Itupararanga.

Os 70 questionários fechados foram aplicados de forma intencional aos turistas de segunda residência, que visitaram Ibiúna durante o período de cinco meses (Novembro de 2007 a Abril de 2008). Os turistas foram abordados em alguns pontos comerciais municipais estratégicos (Supermercado São Roque, Padaria Princesa de Ibiúna, Quitanda da Toshie, Empório Nacib, Banco Itaú e Supermercado Ibiúna), que são freqüentados ativamente por esse público nos finais de semana, em diferentes horários. Além disso, os questionários foram deixados nas portarias de alguns condomínios (Porto de Ibiúna, Veleiros de Ibiúna, Mirim Açú, Rest Center Cocais, Sítios Lagos de Ibiúna e Recanto Campo Verde), localizados à beira da represa.

3.5. Tratamento dos dados

Os resultados obtidos foram analisados em aplicativos computacionais, avaliando-se a qualidade e a quantidade das informações obtidas no desenvolvimento do trabalho.

Primeiramente foi feito a análise e tabulação dos questionários, efetuando a transcrição literal das respostas, e depois sua categorização. Dessa forma, verificou-se as similaridades e diferenças entre as respostas, para maior riqueza da análise. Posteriormente, foram definidas categorias de respostas computando-se a freqüência relativa de cada categoria.

Após a tabulação foram feitos os cruzamentos previstos, onde foram traçadas as variáveis do perfil dos turistas, com as variáveis motivacionais que obtiveram maior frequência relativa no processo de tabulação.

CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização da área de estudo

4.1.1. Área do Estudo

Segundo a Lei 7.663/91, que estabeleceu 22 Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado, a represa de Itupararanga localiza-se na UGRHI 10, a quinta bacia do grupo de Sorocaba – Médio Tietê (são 11 grupos no Estado de São Paulo) e abrange 34 municípios, divididos na Bacia do Rio Sorocaba e Bacia do Médio Tietê Superior. O rio Sorocaba (identificado como rio Una, no município de Ibiúna), o afluente mais importante da margem esquerda da bacia, é formado pelos rios Sorocabuçu e Sorocamirim, cujas cabeceiras estão localizadas em Ibiúna, conforme pode ser visto na Figura 1.

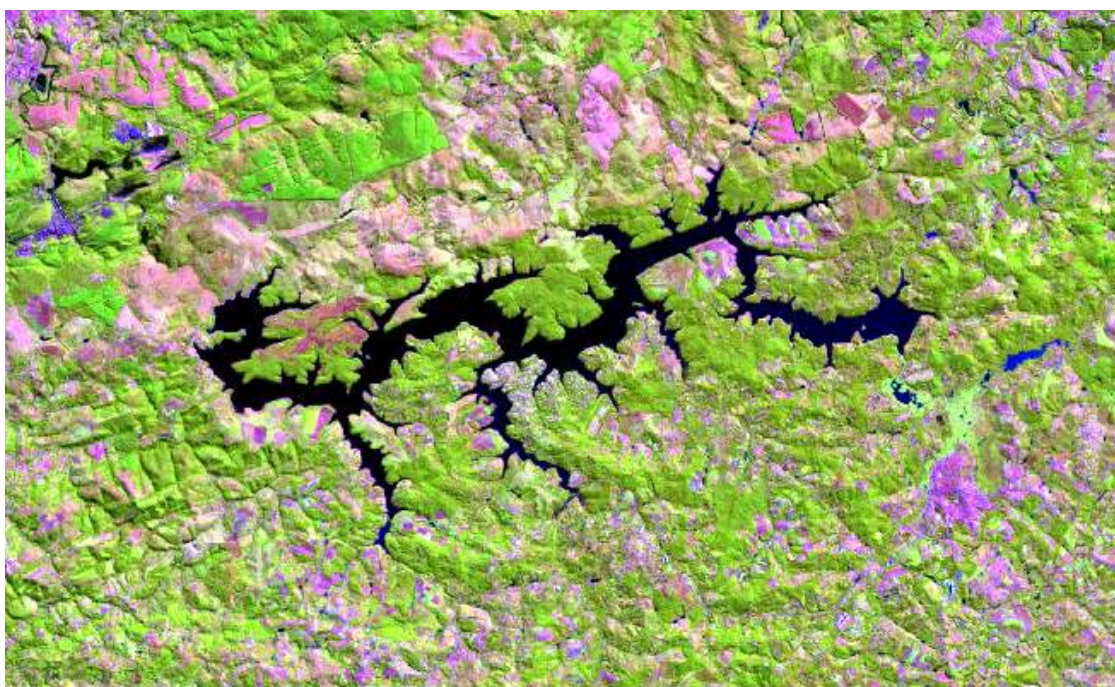


Figura 1 - Imagem de Satélite da Represa de Itupararanga – Arquivo pessoal

A barragem no município de Votorantim, que represa as águas do rio Sorocaba e deu origem à represa de Itupararanga, ocupa uma área de 588,86 km² no município de Ibiúna (a maior porcentagem de ocupação entre as cidades que banha). Foi construída em 1912 pela Light, para gerar energia elétrica para a empresa Votorantim. A represa controla uma área de drenagem de 936,51 km², tem aproximadamente 26 km de canal

principal e 192,88 km de margens. Na foto abaixo, concedida pelo Jornal Voz de Ibúna, em Abril de 2008, é possível observar parcialmente a represa e a barragem citadas.



Figura 2 – Imagem aérea da barragem da represa de Itupararanga - Foto concedida pelo Jornal Voz de Ibúna

Fator muito importante que deve ser destacado é a existência da APA de Itupararanga, que foi criada pela Lei Estadual nº 10.100, de 1.º de Dezembro de 1998, que declara Área de Proteção Ambiental o entorno da represa de Itupararanga.

Ainda, a criação da ONG “SOS Itupararanga”, que atualmente, destaca-se pelas atividades realizadas e influente atuação na proteção e conservação da represa. Ocupa a presidência do Conselho Municipal do Meio Ambiente, é membro ativo do Conselho Gestor da APA de Itupararanga e do Comitê da Bacia Hidrográfica Sorocaba – Médio Tietê. Pode-se afirmar que no município, é o principal órgão consultivo na realização do presente trabalho.

Segundo a ONG SOS Itupararanga, as principais atividades antrópicas que afetam a qualidade ambiental da represa são:

- ✓ Loteamentos que desconsideram critérios ambientais em sua implantação (tratamento de esgotos, manejo adequado do solo e desmatamentos);
- ✓ Intensa atividade de mineração (areia);
- ✓ Uso intensivo de irrigação;

- ✓ Utilização indiscriminada de agrotóxicos;
- ✓ Falta de zoneamento territorial que discipline uso e ocupação do solo.

4.1.2. A atividade turística na represa

A notória atividade turística de segunda residência na represa de Itupararanga pode ser observada através dos condomínios de alto padrão, localizados às margens da referida represa. Pode-se citar os condomínios Veleiros de Ibiúna, Porto de Ibiúna, Mirim-Açu, Rest Center Cocais, Recanto Campo Verde, Central Park Residence e outros loteamentos e as chácaras particulares e empreendimentos turísticos.

Os condomínios Veleiros e Porto de Ibiúna são os mais requintados do município. O alto padrão do local permite que apenas empresários consigam manter suas residências. Dentro desses condomínios há centros náuticos, atracadouros, rampas para as embarcações, além de píeres nas próprias casas. A grande maioria possui algum tipo de embarcação, para a prática dos esportes náuticos na represa.

A imagem aérea a seguir retrata bem o que foi mencionado, no condomínio Porto de Ibiúna. A foto foi concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna, em Abril de 2008. Através da imagem, é possível notar que a mata ciliar em seu entorno foi totalmente retirada, para a construção da confortável infra-estrutura.



Figura 3 - Imagem aérea do Condomínio Porto de Ibiúna. Foto concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna

Nesta próxima imagem, pode-se observar a quantidade de residências à beira da represa, bem como o espaço que cada uma delas ocupa. Como dito anteriormente, são grandes propriedades, luxuosas e bem estruturadas, adquiridas com o intuito da busca pelo lazer nos finais de semana. A foto aérea é do condomínio Veleiros de Ibiúna, concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna em Abril de 2008.



Figura 4 – Imagem aérea do condomínio Veleiros de Ibiúna. Imagem concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna

Os demais condomínios não são tão luxuosos quanto os citados anteriormente, mas as suas residências localizadas à beira da represa, também possuem infraestrutura para embarcações particulares (Figura 5). Pode-se dizer que praticamente todas as residências fora dos condomínios ou loteamentos, localizadas em situações semelhantes, possuem tal infra-estrutura.

A exploração turística no local não se limita apenas a esse público pesquisado, apesar dessa atividade crescer a cada dia. Atualmente, há um novo loteamento regularizado que já está vendendo suas terras. A represa também conta com clubes náuticos, marinas, pousadas e hotéis.

A pousada Jovem Guarda destaca-se anualmente, pois sedia o Campeonato Paulista de Águas Abertas, onde centenas de nadadores profissionais disputam a competição. A prainha do Piratuba, com aproximadamente 2 km de extensão, é a única área aberta para

acesso fácil ao público em geral. Há 5 anos, existia a prainha do Escritório, porém a área, que era para uso público também se transformou em um loteamento privado. Também é comum observar pessoas pescando nas margens da represa. Pode-se afirmar que o turismo náutico também é uma atividade constante e crescente no local.



Figura 5 – Píer em residência do condomínio Mirim Açú – Imagem concedida pelo Jornal Voz de Ibiúna

4.1.3. Outras atividades sócio-econômicas na represa:

O Rio Sorocaba é responsável por grande parte do abastecimento de água dos municípios de Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Alumínio, Ibiúna e São Roque, ou seja, uma população em torno de 800.000 habitantes.

A barragem de Itupararanga, até hoje, está sob concessão da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim. A energia gerada na usina hidrelétrica é utilizada somente pela CBA, em sua indústria no município de Votorantim.

Também é possível destacar a intensa atividade de mineração de areia, o que culminou em altos níveis de assoreamento, principalmente nas cabeceiras da represa de Itupararanga. Pode-se dizer que antigamente essa atividade era mais intensa, mas há 10 anos, a maior empresa exploratória foi interdita pela Polícia Ambiental do Estado.

As águas da represa são utilizadas constante e intensamente na irrigação. Preocupante é que a água utilizada “retorna” para o rio acompanhada de substâncias tóxicas.

O uso agrícola intenso é feito por pequenos proprietários que se dedicam ao cultivo de olerícolas, utilizando agrotóxicos intensamente.

A pesca predatória com redes também era constante no local, porém, atualmente há constante patrulha náutica e os pescadores precisam ser licenciados para exercer a atividade no local.

4.1.4. A segunda residência / residência secundária

A segunda residência transforma o final de semana num fato sócio-cultural característico da sociedade contemporânea. Isso foi possível a partir da redução da jornada de trabalho, da degradação do meio urbano e do advento do automóvel particular, que contribuíram para a eclosão do fim de semana como o principal período de aproveitamento do tempo livre, sobretudo, via segunda residência. É motivada, na sua maioria, pela proximidade com a primeira residência, pelos atrativos naturais da região ou ainda, pela influência e sugestões de amigos.

Geralmente, os turistas iniciam suas migrações com destinos às segundas residências na sexta-feira à noite, após a jornada de trabalho semanal ou na manhã do sábado, aproveitando assim, o sábado e o domingo, e retornando geralmente, à tarde ou à noite do domingo às suas residências permanentes para retomarem a labuta na segunda-feira pela manhã.

4.2. Avaliação e Discussão dos Resultados

4.2.1. Prefeitura Municipal

As consultas nas secretarias de turismo e meio ambiente do município de Ibiúna foram importantes apenas para demonstrar como não há incentivo em relação às pesquisas sobre as segundas residências, turismo e represa.

O município é uma das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, fator que determinaria um investimento maior no setor, já que recebe verbas estaduais para um melhor desenvolvimento, entretanto, a falta de planejamento e um plano de manejo local, impossibilitam a melhor estruturação dessa atividade, o que é bastante preocupante, já que essa atividade é constante, crescente e gera rendas para o município.

Pode-se ressaltar que praticamente toda a margem da represa de Itupararanga já está ocupada por condomínios, loteamentos, chácaras e propriedades privadas, o que também é bastante contraditório, visto que a represa seria um bem público para a sociedade. Como a situação já se tornou irreversível, as leis ambientais para a construção dessas residências deveriam ser rígidas e aplicadas para esse público, bem como sua constante fiscalização. Deve-se citar que quando a represa está “baixa”, o fluxo de turistas diminui rigorosamente no local. As medidas mitigatórias devem ser aplicadas desde já, para que a represa permaneça como grande atrativo natural do município.

A secretaria de turismo preocupa-se atualmente em divulgar novos pontos turísticos ou construir e reformar espaços públicos que são considerados atrativos turísticos. Está preocupada com o futuro desse turismo de segunda residência, mas não cria ações para a melhoria e preservação. Já na secretaria do meio ambiente, não foi possível detectar as atuações recentes no local. Está focada em outras “áreas ambientais” do município. Também não foi possível identificar e contabilizar quantos turistas possuem segundas residências na represa de Itupararanga, pois não há pesquisa ou especificação desse público. Somente o número de residências na área rural do município.

4.2.2. SOS Itupararanga e fontes de pesquisa

A organização não-governamental SOS Itupararanga desenvolve importante papel dentro da sociedade civil do município, no que diz respeito à proteção e conservação do local pesquisado. Possui princípios e objetivos como:

- ✓ Defender o meio ambiente da Bacia do Rio Sorocaba para proteger a represa de Itupararanga;
- ✓ Atuar sempre que possível junto ao poder público das cidades que compõem esta bacia para apoiar e incentivar ações neste sentido;
- ✓ Organizar os seus membros de forma democrática e apartidária com o objetivo de constituir uma força política para o fim específico;
- ✓ Manter uma comunicação aberta e participativa de forma a ter transparência em todos os atos da Diretoria e do Conselho Executivo;
- ✓ Garantir o ecossistema, a biodiversidade e propagar as belezas naturais da represa, bem como promover ações para o desenvolvimento sustentável da região;

- ✓ Zelar pelo ar, água, solo, fauna e flora, combater a poluição visual e sonora, garantindo assim a qualidade de vida para a população

A partir de todas as informações coletadas e pesquisadas no presente trabalho foi possível verificar que a organização é uma importante ferramenta de auxílio na observação dos impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga. Os estudos e pesquisas sobre a represa são extremamente recentes, o que dificultou a execução da presente pesquisa.

As fontes de pesquisa também são escassas, tanto em relação à represa quanto ao turismo em segunda residência, já que este fenômeno cresceu a partir da década de 50, devido à ascensão de classe social dos trabalhadores e conseqüente aumento de renda. Quanto à represa, são raras as publicações que permitem a utilização de dados científicos. Como dito anteriormente, a preocupação com a conservação e manutenção desse recurso hídrico importante é recente e não conta com a ajuda da prefeitura municipal de Ibiúna, o que é bastante contraditório, já que a o município abrange grande parte da represa.

4.2.3. O perfil dos turistas de segunda residência

Através dos dados coletados nos questionários foi possível traçar um resultado previamente estabelecido, já que o público do turismo de segunda residência é restrito, possui características sócio-econômicas semelhantes, já citados anteriormente.

Serão apresentados 16 gráficos, com os dados devidamente tabulados de questões fechadas, para o melhor entendimento do público pesquisado. As questões foram formuladas para designar e mostrar o perfil sócio-econômico do público, bem como sua compreensão e atuação na represa de Itupararanga.

4.2.3.1 Identificação do sexo dos entrevistados

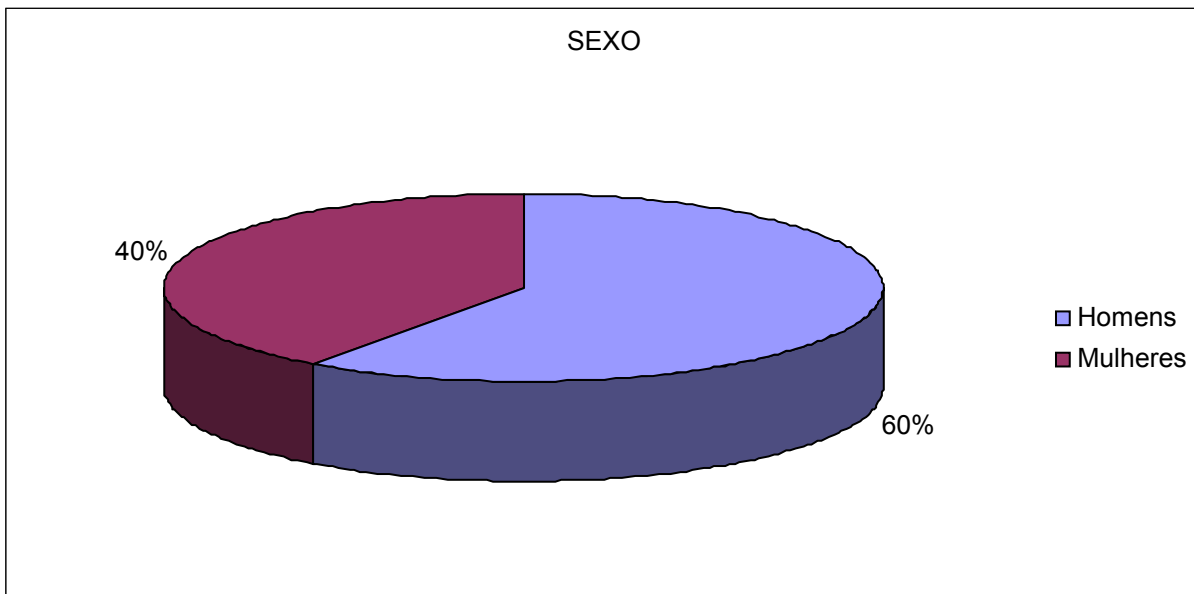


Figura 6 – Gráfico representando o sexo dos entrevistados.

Nota-se que a 60% (42 pessoas) dos entrevistados são do sexo masculino e 40% (28 pessoas) são do sexo feminino. Não há uma explicação sobre

4.2.3.2 Identificação da faixa etária dos entrevistados

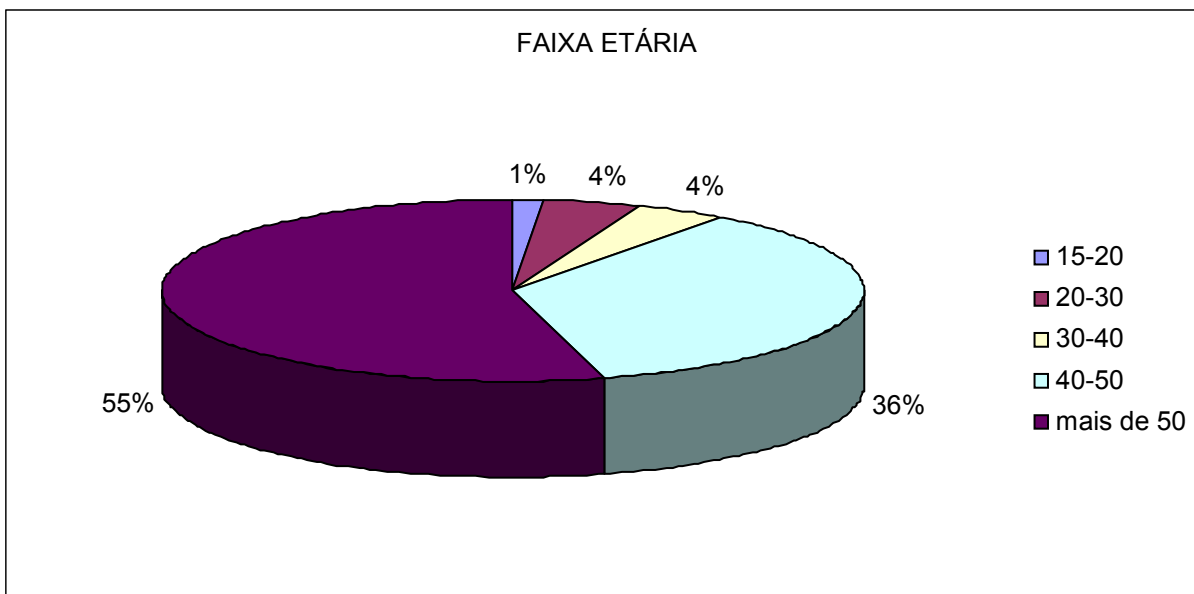


Figura 7 – Gráfico representando a faixa etária dos entrevistados.

A faixa etária predominante do público entrevistado, 38 pessoas, é acima dos 50 anos, o que já poderia ser afirmado, pois nessa faixa etária, além de serem estabilizados financeiramente, valorizam a qualidade de vida de seus familiares e buscam sempre o lazer para realização pessoal. Ainda, o turismo de segunda residência foi iniciado na década de 1950. Em seguida aparecem as pessoas com 40 a 50 anos, que também já começam a pensar na questão já abordada (25 pessoas) . Logo após, as pessoas com 20 a 40 anos, que provavelmente são familiares ou amigos próximos da primeira classe discutida (6 pessoas) e finalizando, apenas uma pessoa na faixa etária dos 15 aos 20 anos.

4.2.3.3 Identificação do nível de escolaridade dos entrevistados

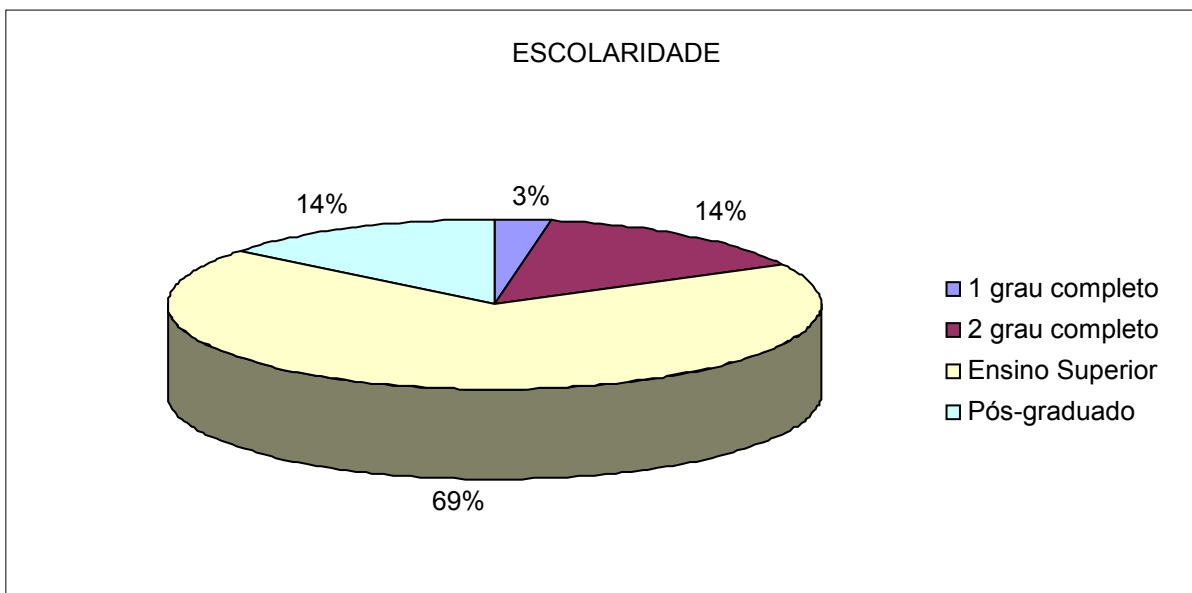


Figura 8 – Gráfico representando o nível de escolaridade dos entrevistados.

Em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados, é perceptível que, devido à avançada idade da grande maioria, é possível uma formação superior completa de praticamente todos os entrevistados. Pode-se observar que 48 entrevistados fizeram alguma faculdade ou curso superior, 10 possuem títulos de pós-graduação, 10 finalizaram o ensino médio e apenas 2 pessoas estudaram até o nível básico fundamental.

A partir destes dados, é perceptível que as pessoas com essa formação educacional aspirem por boas condições de vida e o alto grau de escolaridade já simula que possuem empregos estáveis e devido à rotina e carga horária de trabalho, buscam o lazer em suas horas vagas.

4.2.3.4 Identificação do estado civil dos entrevistados

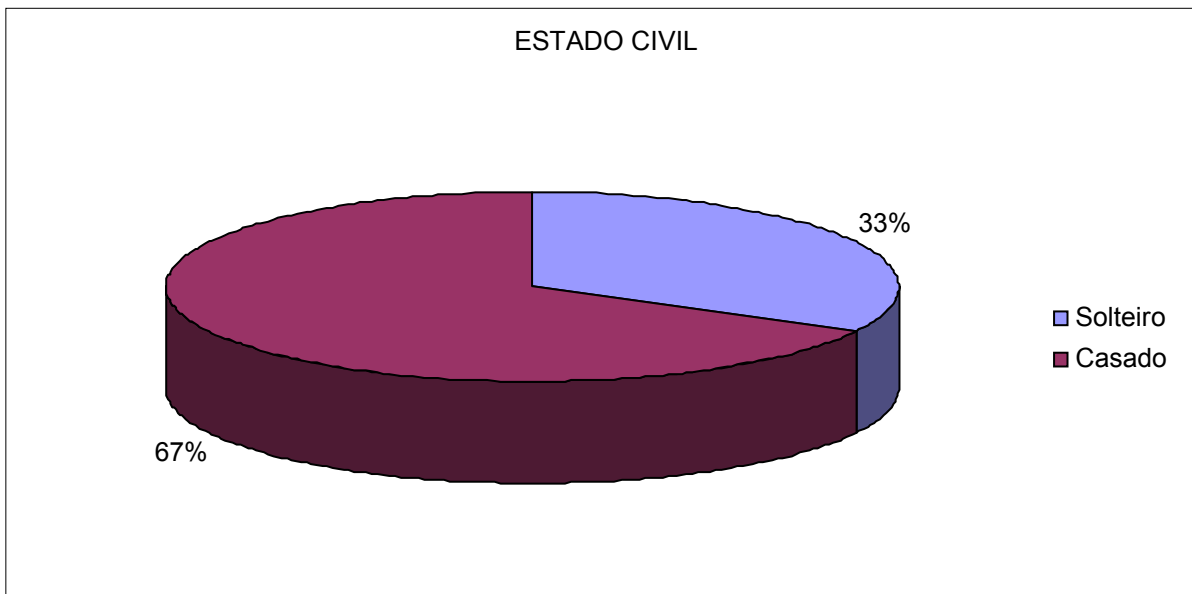


Figura 9 – Gráfico representando o estado civil dos entrevistados.

Ainda utilizando o comparativo da faixa etária dos entrevistados, na qual a maioria deles, já possui uma família formada ou pelo menos acredita em constituir uma família, pode se afirmar que 47 pessoas são casadas e 23 são solteiras.

4.2.3.5 Identificação da renda mensal dos entrevistados

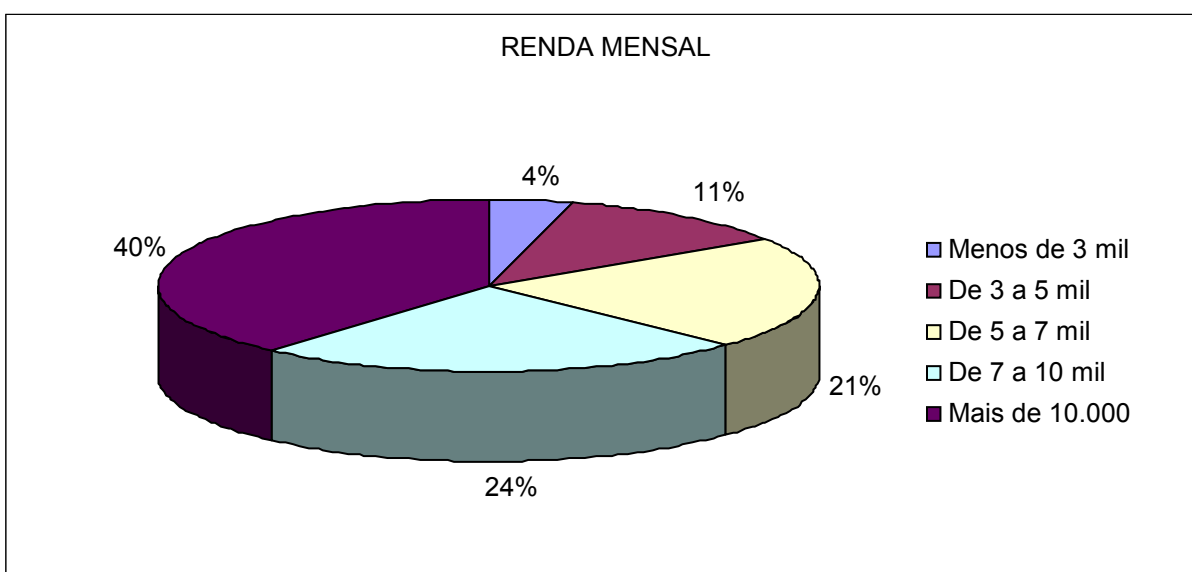


Figura 10 – Gráfico representando a identificação da renda mensal dos entrevistados

Sobre a renda mensal, pode-se notar que o público entrevistado faz parte de uma restrita classe econômica. Pode-se justificar que a grande maioria possui qualificação profissional para isso e ambições diferenciadas em relação às suas horas livres, mas nos locais onde os questionários foram aplicados e devido à limitação do público estudado, o resultado obtido já era previsto. O público do turismo de segunda residência possui um padrão de vida diferenciado, pois mantém uma residência fixa e uma residência secundária.

Do público alvo do trabalho, 40% possui uma renda mensal acima de 10 mil reais, 24% possui uma renda mensal que varia entre 7 e 10 mil reais, 21% uma renda mensal variável de 5 a 7 mil reais, 11% atinge a renda mensal de 3 a 5 mil reais e apenas 4% possui uma renda mensal de menos de 3 mil reais. Apenas ressaltando as informações observadas no gráfico, os entrevistados possuem uma renda bem acima da média nacional e é sabido que fazem parte de uma minoria na população.

4.2.3.6 Identificação do local da residência permanente dos entrevistados

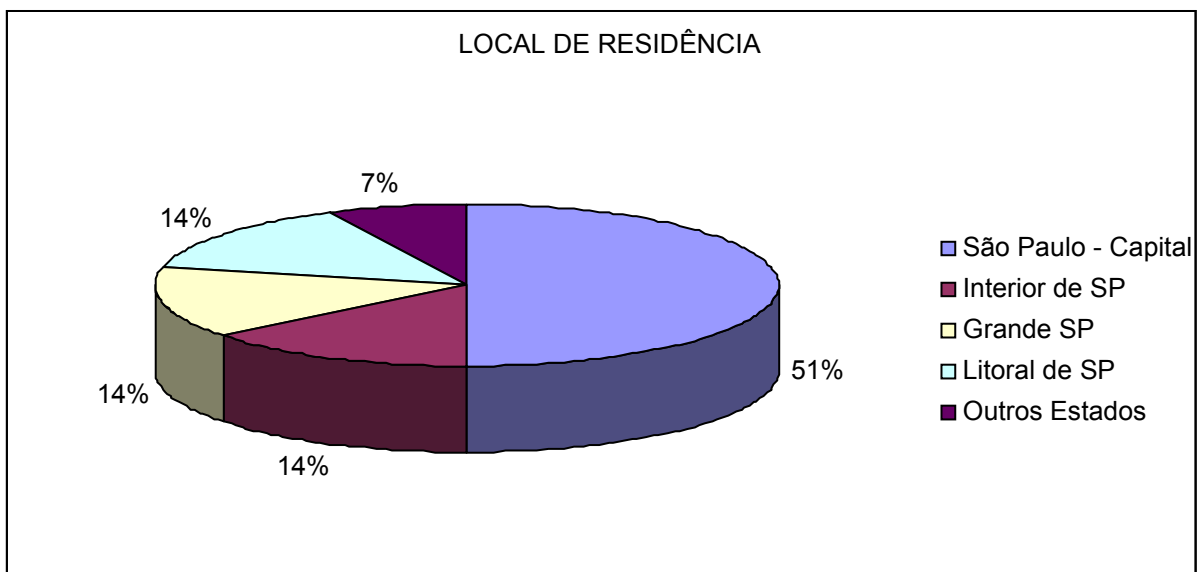


Figura 11 – Gráfico representando a identificação do local da residência permanente

É possível observar que grande parte dos entrevistados é do estado de São Paulo, e um pouco mais da metade (51%), origina-se da própria capital, o que é justificável, pois o município de Ibiúna localiza-se há 70 km da capital do estado e há facilidade no acesso terrestre, da capital até o município. Curioso notar que há pessoas originárias do litoral, interior e ainda da grande São Paulo (14% de cada local). As pessoas do litoral justificam-se afirmando que o “clima” do interior com montanhas é totalmente diferente do “clima” do

litoral, por isso freqüentam o município. Ainda, há 7% dos entrevistados originários de outros estados brasileiros, como Paraná e Minas Gerais. Fato este também característico do público alvo pesquisado.

4.2.3.7 Identificação do local de residência dos entrevistados

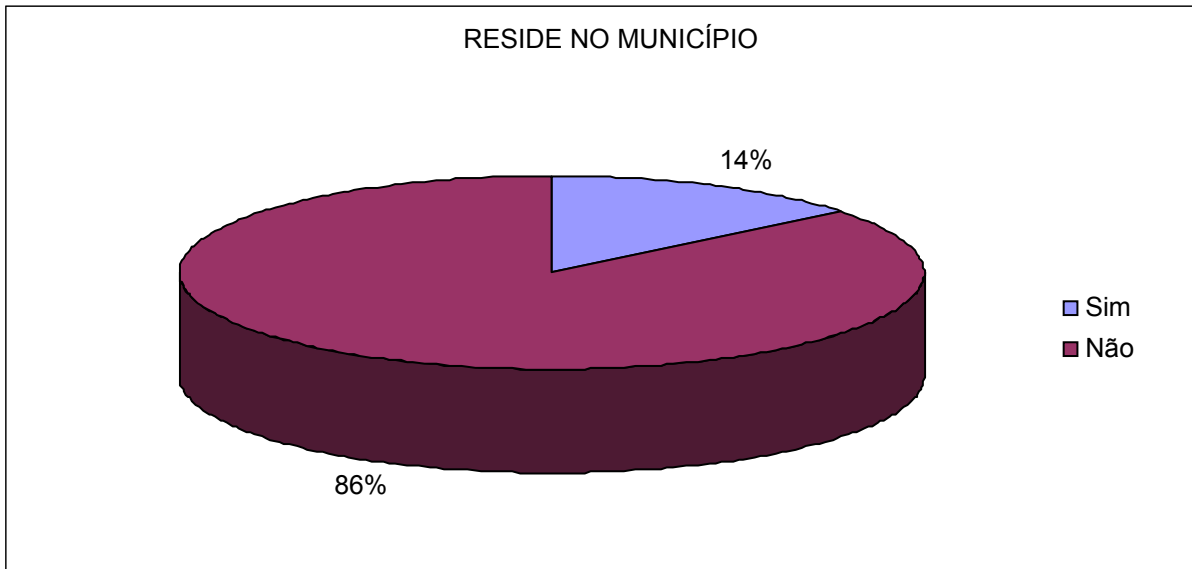


Figura 12 – Gráfico representando o questionamento: Você mora no município de Ibiúna?

Através da localização da aplicação dos questionários e ainda, do público pesquisado, pode-se notar que 86% dos entrevistados não residem no município. Devido a especulações imobiliárias ao redor da represa de Itupararanga, é difícil adquirir imóveis no local. O fato é que praticamente toda a margem é ocupada por condomínios, pousadas, loteamentos, empreendimentos turísticos privados e chácaras dos turistas de segunda residência.

Os 14% dos entrevistados que residem em Ibiúna, ocupam-se nesses empreendimentos citados ou vivem no local, pois como já foi mencionado, o município tem um bom acesso e localiza-se a 70 km da capital, o que torna possível a viagem diária para o trabalho. Também se deve ressaltar que provavelmente, a residência fixa atual foi inicialmente uma segunda residência.

4.2.3.8 Identificação do motivo da viagem à Ibiúna dos entrevistados

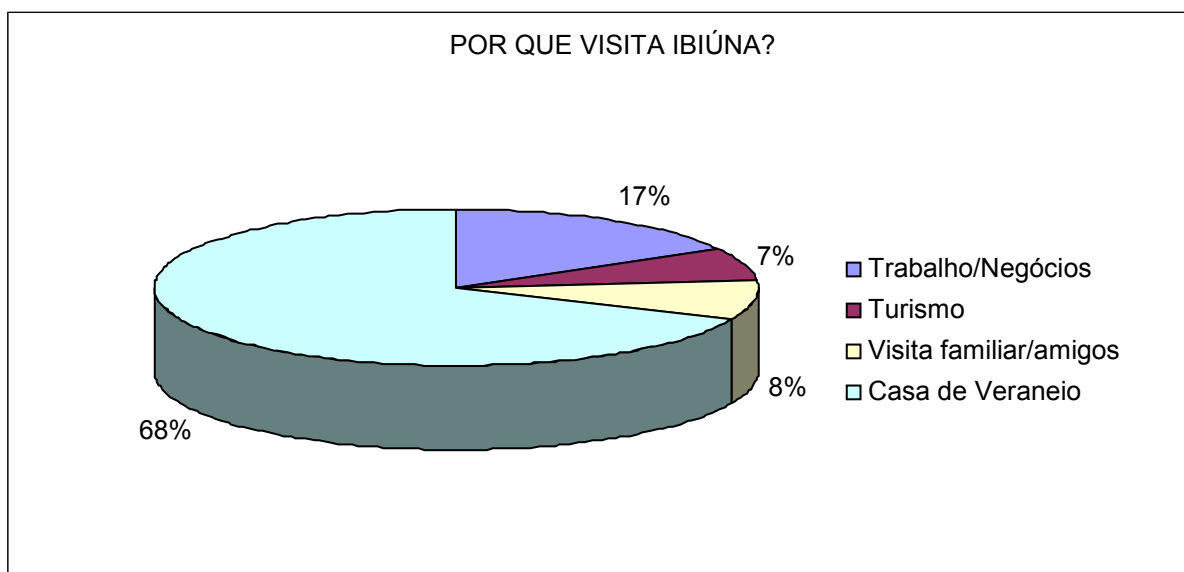


Figura 13 – Gráfico representando a motivação pela visita a Ibiúna

Como grande parte do público selecionado para a pesquisa vigente não reside em Ibiúna, foi questionado por que essas pessoas visitam a localidade. Como resultado, pode-se notar que 68% delas freqüentam o município devido a suas casas de veraneio. Já foi citado anteriormente, que a cidade oferece inúmeros atrativos naturais e é muito próxima da capital do estado, o que a torna um “refúgio” ideal para os moradores das grandes metrópoles e a afirmação da atividade de turismo de segunda residência no local.

Uma parcela dos pesquisados, 17% (a mesma que respondeu que reside no município), afirmou que está no local devido a trabalho ou negócios. São pessoas que inicialmente, possuíam apenas suas segundas residências e após algum tempo, adotaram Ibiúna como residência e se estabilizaram financeiramente no local.

Aqueles que responderam que visitam Ibiúna com a finalidade de visita a familiares ou amigos, 8% dos entrevistados, freqüentam as residências secundárias dessas pessoas.

Finalizando a interpretação do presente gráfico, pode-se notar que apenas 7% dos entrevistados responderam que visitam o local somente a turismo. O município é denominado como Estância Turística desde 2000 e possui inúmeros atrativos naturais, como a represa em questão, porém, não foi possível questionar que fatores turísticos, por exemplo, levaram os entrevistados a aquisição dessas propriedades e conseqüente visita freqüente no local.

4.2.3.9 Identificação do meio de hospedagem utilizado dos entrevistados

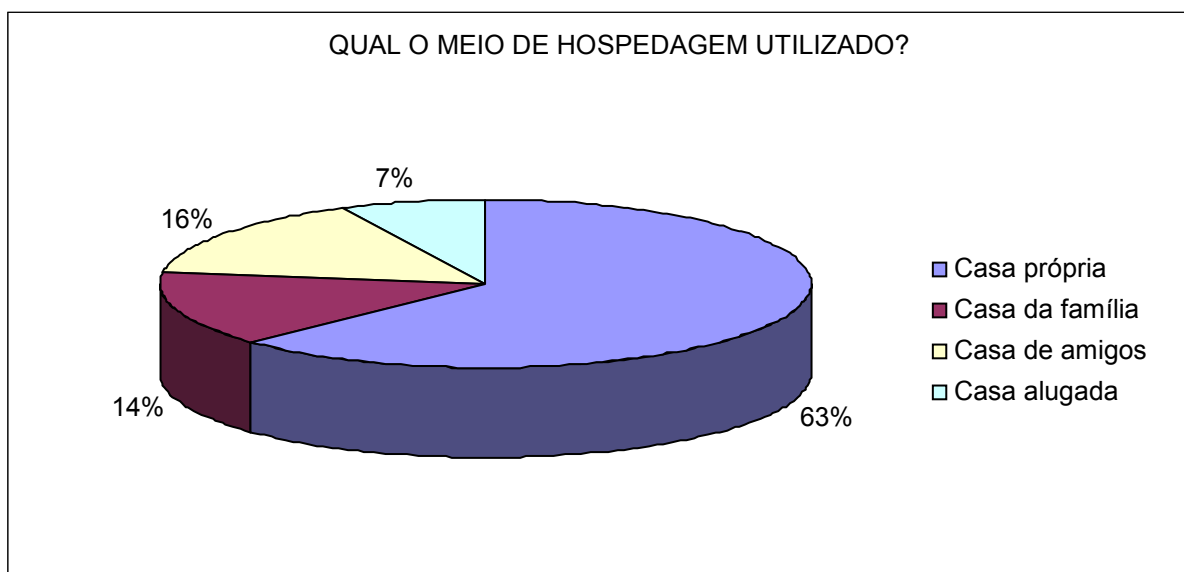


Figura 14 – Gráfico representando o meio de hospedagem utilizado durante a permanência em Ibiúna

Em relação ao meio de hospedagem utilizado, é possível verificar que nem sempre as residências secundárias frequentadas são de própria aquisição. Mesmo assim, é notório que mais da metade dos entrevistados (63%) possuem suas próprias residências.

Devido ao convívio social aproximado e a semelhança das atividades de lazer do público pesquisado, é possível observar que 16% dos entrevistados utilizam casa de amigos como meio de hospedagem. Como citado anteriormente, essas residências são luxuosas e estão aptas para receberem convidados ou familiares, que representam 14% dos entrevistados. Também é possível afirmar que provavelmente, esses entrevistados que não possuem residências em Ibiúna, possuem suas casas de veraneio em outros municípios.

Apenas 7% dos entrevistados utilizam casas alugadas como meio de hospedagem. São pessoas que provavelmente alugaram essas residências para utilizarem durante uma temporada. Deve-se afirmar que essas casas alugadas são residências secundárias também.

4.2.3.10 Identificação do tempo de permanência, na residência secundária dos entrevistados

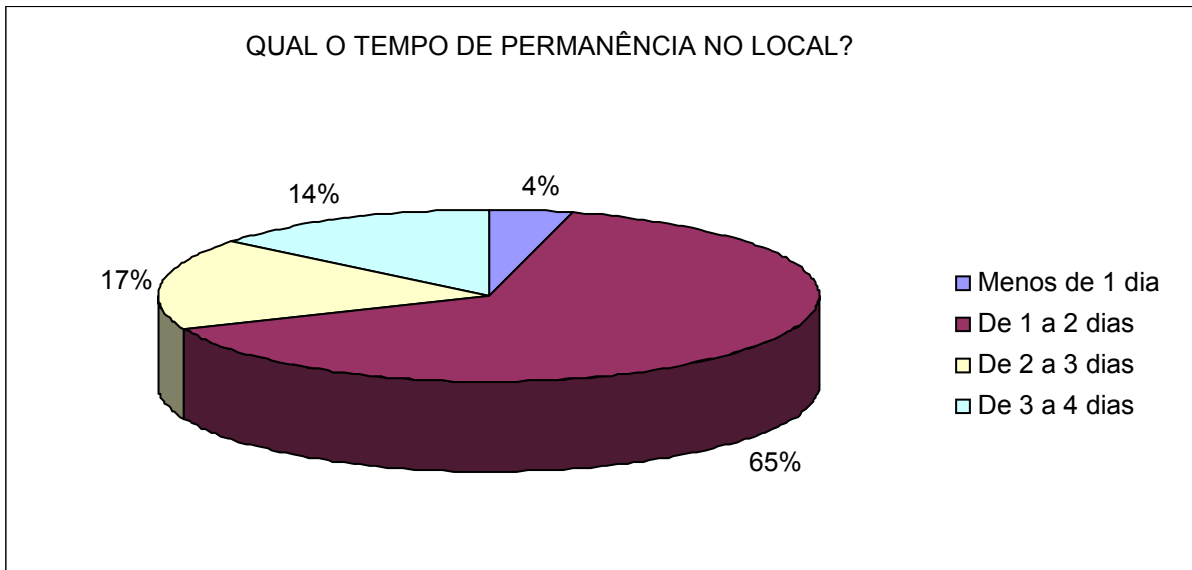


Figura 15 – Gráfico representando o tempo de permanência (em dias) no local

Sobre o quesito permanência no local, também é um fator relevante do turismo de segunda residência a passagem relativamente rápida do público pesquisado no local freqüentado.

A maioria dos entrevistados (65%) permanece de 1 a 2 dias (um final de semana) nas residências secundárias, o que é uma das características básicas do turismo de segunda residência, essa permanência de um final de semana, segundo Tulik (2001).

O público que respondeu que permanece no local de 2 a 3 dias (17%), provavelmente é aquele que antecipa o final de semana para sexta-feira ou permanece na localidade até segunda-feira, ou pode ser que se integram com aqueles que responderam que permanecem de 3 a 4 dias (14%), que pode ser que levaram em consideração os feriados prolongados para responderem a questão ou ainda, são as pessoas que residem no local e ficaram sem opções de resposta.

Apenas 4% dos entrevistados responderam que permanecem menos de 1 dia no local. Fato este que pode ser relacionado devido à distância do município com a cidade de São Paulo.

4.2.3.11 – Identificação das companhias de viagem dos entrevistados

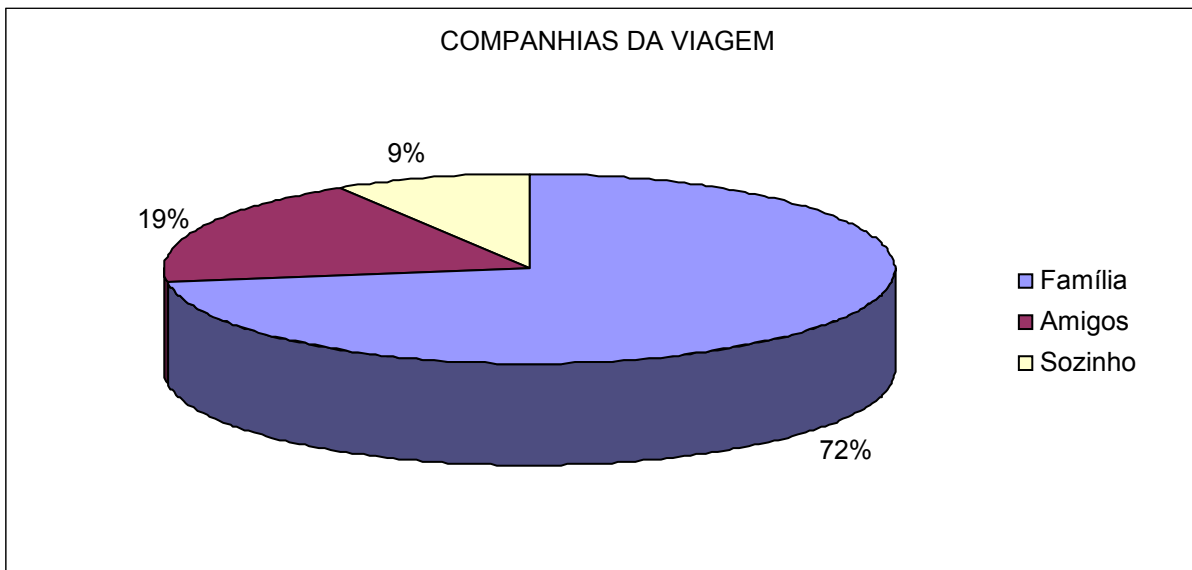


Figura 16 – Gráfico representando qual a companhia de viagem

Característico também do público pesquisado é que eles normalmente aproveitam suas horas livres com a família (72%). Uma parcela de 19% respondeu que desfrutam da companhia de amigos e apenas 9% responderam que viajam sozinhos. Estes, que afirmaram que viajam sozinhos, provavelmente são aqueles que visitam as pessoas que residem no local ou que se basearam apenas na companhia do trajeto da viagem em si.

4.2.3.12 Identificação da localização da residência secundária dos entrevistados

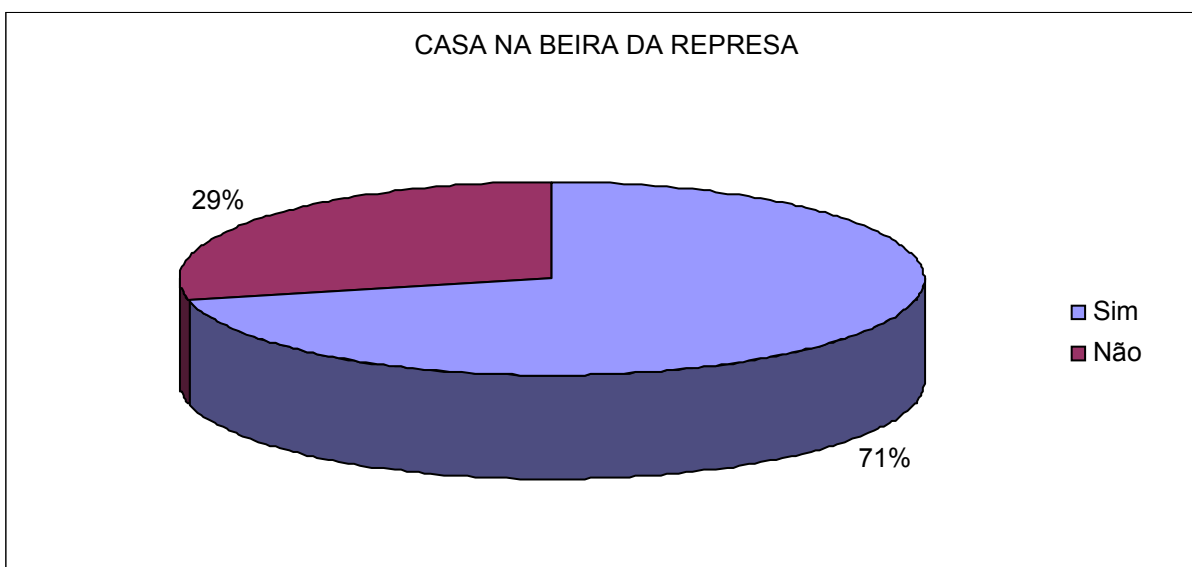


Figura 17 – Gráfico representando se o entrevistado possui casa na represa

Em relação aos proprietários ou freqüentadores das segundas residências, foi questionado sobre a localização das mesmas. Como os questionários foram aplicados nos condomínios à beira da represa, já era esperado o resultado obtido, no qual 71% dos entrevistados possuem residências à beira da represa. Os 29% que não possuem residências nessa localização, provavelmente ficam próximos e usufruem dela diretamente também.

4.2.3.13 Identificação do conhecimento e consciência ambiental dos entrevistados



Figura 18 – Gráfico representando se o entrevistado respeitou a legislação ambiental para a construção

Restringindo o público que afirmou a localização de suas residências à beira da represa, foi questionado se respeitaram algumas leis ambientais para a construção. Foi identificado que 54% dos entrevistados não respeitaram nenhuma lei ambiental e 46% afirmaram que fizeram a construção da propriedade segundo as leis ambientais.

Esses 54% que responderam que não respeitaram lei alguma, naturalmente são aqueles que possuem a residência há anos e fizeram a construção na época em que as questões ambientais ainda não eram preocupações rotineiras, ou que o município, estado, condomínio ou o loteamento não restringiam parâmetros ambientais para a construção dessas residências. A consciência ambiental é um fenômeno recente da sociedade e que preocupa principalmente esta classe social.

Já dos 46% que afirmaram que construíram suas residências conforme as leis ambientais, não foi possível comprovar se o fato foi realmente concretizado, porém, suas

“consciências ambientais” estão tranquilas, já que não há fiscalização e no próprio município, não há leis ambientais severas para a construção. Ainda, pode se afirmar que não existe mata ciliar nas margens do reservatório na área dessas residências, o tratamento do esgoto na área rural da cidade não é adequado e há asfalto dentro dos condomínios.

4.2.3.14 – Identificação da ação dos entrevistados diretamente na represa

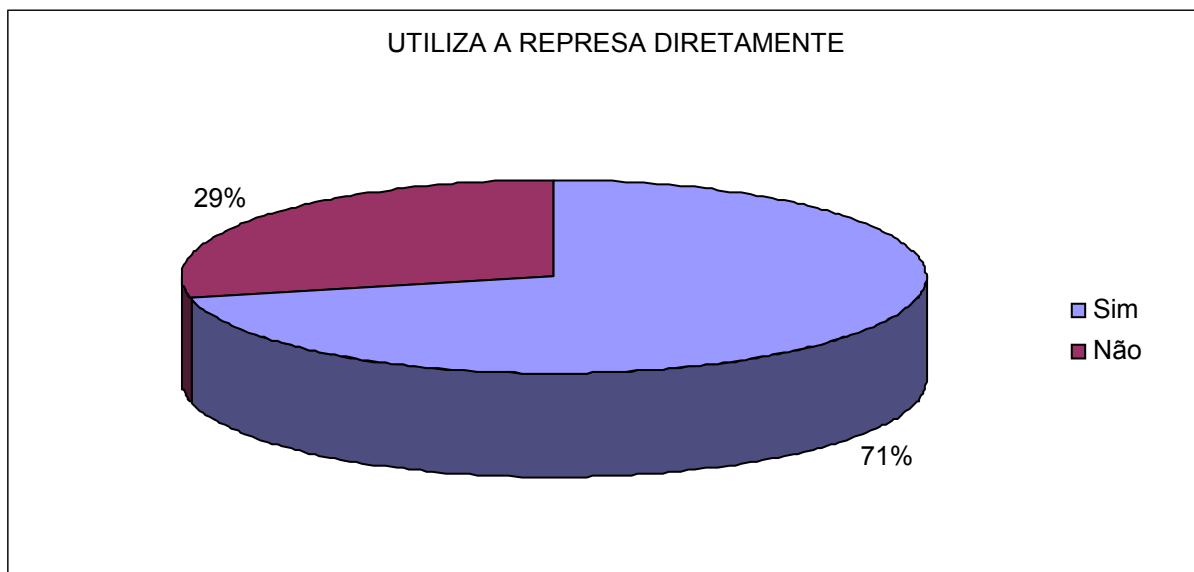


Figura 19 – Gráfico representando se o entrevistado utiliza a represa diretamente

Também foi questionado ao público entrevistado se eles utilizam a represa diretamente e como resultado, 71% afirmaram que a utilizam diretamente e 29% negaram essa utilização. Deve-se mencionar que todos eles utilizam a represa indiretamente, pois necessitam de infra-estrutura básica, como por exemplo, o abastecimento de água.

4.2.3.15 Identificação da utilização da represa, pelos entrevistados

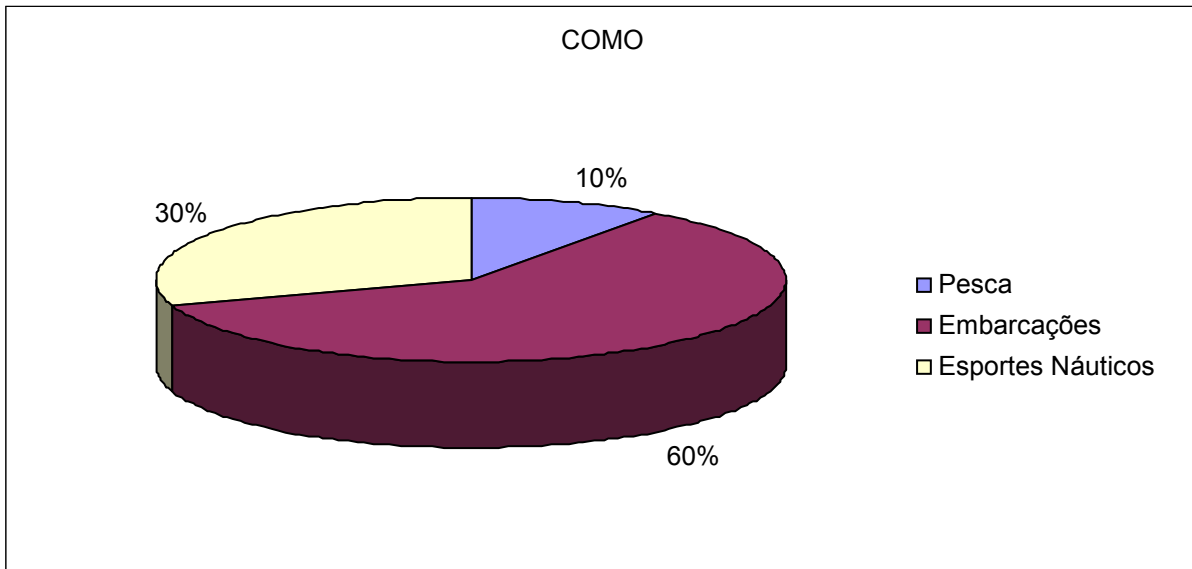


Figura 20 – Gráfico representando a utilização da represa pelos entrevistados

Para o público que afirmou que utiliza a represa diretamente, 60% responderam que possuem embarcações, como lanchas, jet-skis, veleiros, barcos de pequeno porte, barcos à vela, caiaques, canoas, entre outros. Como citado, a maioria das casas que se localizam ao redor da represa possui píeres ou atracadouros próprios. Ainda, dentro de todos os condomínios ou loteamentos nessa localização, há centros náuticos e marinas.

A faixa de 30% de entrevistados que afirmaram que utilizam a represa para a prática de esporte náuticos, são aqueles que praticam windsurf, kitsuf, esqui aquático ou algum outro esporte que necessita de alguma embarcação para sua prática, ou mesmo a natação.

Apenas 10% afirmaram que utilizam diretamente a represa pescando.

4.2.3.16 Identificação da consciência ambiental dos entrevistados

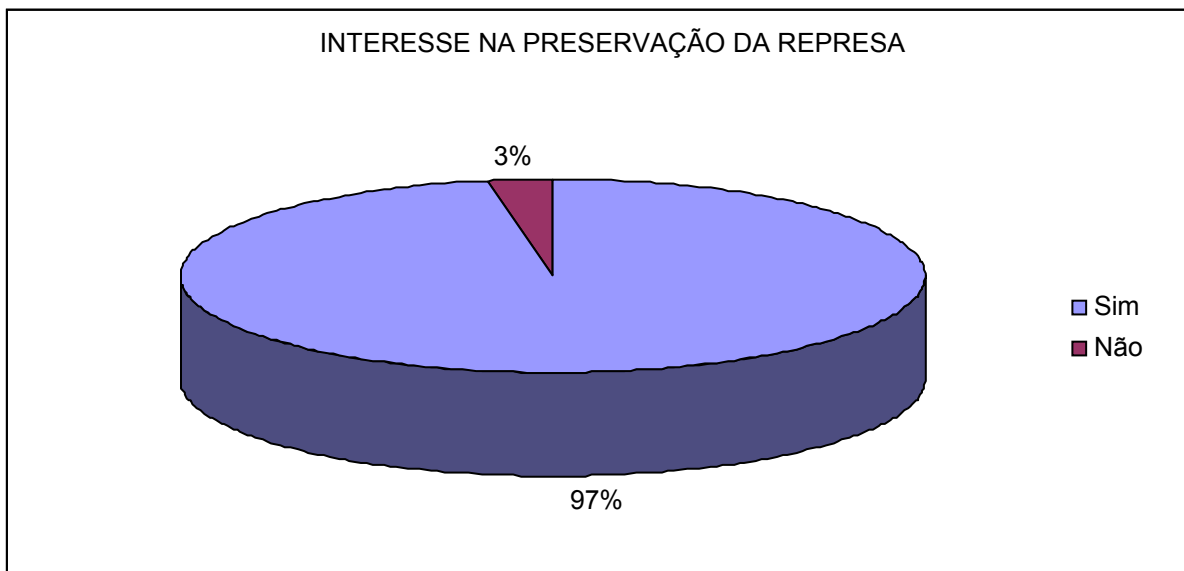


Figura 21 – Gráfico representando se o entrevistado se interessa em assuntos relacionados a preservação da represa

A última questão abordada foi sobre o interesse desse público em preservar a represa de Itupararanga. Quase todos (97%) foram unânimes na resposta, afirmando que há esse interesse. Apenas 3 % dos entrevistados negaram interesse na preservação.

É importante e notável essa preocupação ambiental, já que campanhas de preservação ou de desenvolvimento sustentável são frequentes hoje em dia no mundo inteiro, no momento em que desastres ecológicos são vistos diariamente.

4.2.4. Os impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga

A partir dos dados pesquisados, fundamentações teóricas e dos resultados obtidos no questionário aplicado, foi possível elencar alguns impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga, no município de Ibiúna.

Como impactos positivos, pode-se destacar:

- ✓ A geração de emprego e renda para a população autóctone, já que nos finais de semana, a população flutuante é de aproximadamente 10 mil pessoas, que movimentam o comércio local. Além dos empregos

indiretos, há empregos fixos diretos como por exemplo, caseiros, porteiros, seguranças, administrador de condomínio, entre outros.

- ✓ O Título de Estância Turística do município, pois foi a partir do desenvolvimento do turismo de segunda residência, que a atividade turística em geral vem se destacando. É sabido que o município tem condições naturais intrínsecas, que favorecem o desenvolvimento do turismo.
- ✓ As ações efetivas para a proteção do meio ambiente, como a criação da ONG SOS Itupararanga, que possui elementar papel na conservação e preservação da represa, criada por alguns desses turistas de residências secundárias, bem como a criação da APA de Itupararanga.
- ✓ A infra-estrutura básica geral para a população rural que está localizada junto às residências secundárias, como estradas, energia e abastecimento de água.
- ✓ A valorização financeira das residências secundárias.

Os impactos negativos identificados foram:

- ✓ O efeito inflacionário das residências secundárias, principalmente porque são casas de alto padrão, com infra-estrutura requintada. As represas criaram um potencial de lazer até então desconhecido, resultando na intensa especulação imobiliária. É improvável que um autóctone possua renda suficiente para adquirir um imóvel à beira da represa.
- ✓ A exploração rápida e desordenada desse turismo não possibilitou um planejamento turístico e ambiental adequados para a construção dessas residências.
- ✓ A represa, que seria um espaço público de bem comum, tornou-se privada. As residências secundárias e outros empreendimentos turísticos possuem exclusividade no acesso à represa e ainda, há um grande desrespeito da legislação ambiental.
- ✓ Os impactos ambientais se destacam, uma vez que para a construção dessas residências, há a retirada da cobertura vegetal natural. Com

isso, a vida selvagem torna-se escassa, a mata ciliar extinta corrobora com o processo de erosão, desbarrancamento, e conseqüente assoreamento da represa, o manancial hídrico é poluído devido a deficiência ou ausência do tratamento do esgoto ou o uso direto da represa, e a fauna marinha é prejudicada em seu habitat natural e o solo torna-se deficiente após ocupação e asfaltamento

4.2.5. O turismo de segunda residência na represa de Itupararanga e as suas tendências

O turismo de segunda residência na represa de Itupararanga é um fenômeno iniciado na década de 60 e hoje em dia, apesar de quase não haver mais espaço físico às margens da represa, é contínuo e crescente. As poucas áreas livres existentes darão origem a novos condomínios e loteamentos, que já estão com suas terras à venda. Cresce de forma desordenada e levou a privatização quase total da represa.

Se a atividade continuar crescendo na velocidade atual, sem um planejamento adequado, a represa sofrerá grandes danos e se o fato realmente ocorrer, é provável que essa prática do turismo não aconteça mais no município, já que Itupararanga é o grande atrativo natural do local. É preciso implantar medidas sustentáveis para um planejamento, além do investimento do setor público no que diz respeito à fiscalização, para que novas residências secundárias sejam construídas, respeitando às leis ambientais.

CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa detectou os principais impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga, no município de Ibiúna. Esta atividade, crescente e constante vem crescendo de uma forma acelerada na localidade, principalmente ao redor da represa, o que justifica a importância de um planejamento constante, com a aplicação de técnicas para um desenvolvimento sustentável do local.

A partir da análise dos dados do público pesquisado, foi possível afirmar o conceito do perfil dos turistas dessa categoria do estudo. Pode-se afirmar que esses turistas estão preocupados com as questões ambientais relacionadas e ainda, podem e já estão ajudando a conservação dos recursos naturais, de alguma maneira. Fato este que pode ser justificado com a criação da ONG SOS Itupararanga. Ao mesmo tempo, acreditam que suas residências e o uso direto da represa não prejudicam o ambiente, desrespeitando qualquer legislação ambiental para as construções de suas mansões, retirando a cobertura vegetal original ou a mata ciliar para a construção de suas marinas particulares e suas residências em torno da represa.

Devido ao turismo de segunda residência, foi possível identificar alguns impactos positivos que a atividade proporciona para o município. O principal fator é que a atividade turística gera emprego e renda para os cidadãos ibiunenses. Por outro lado, é extremamente importante ressaltar que, se os impactos ambientais negativos não forem controlados, há a possibilidade de extinção da atividade.

Atualmente, a orla da represa de Itupararanga está tomada pelas chácaras, sítios, loteamentos, condomínios e empreendimentos de lazer. No presente momento, há a construção de um novo condomínio de luxo, em uma das poucas áreas livres à margem de Itupararanga. O efeito inflacionário das residências cresce a cada dia, pois como é afirmado na própria definição do turismo de segunda residência, é uma atividade da sociedade moderna, que caracteriza o status social.

É preocupante notificar que não há um plano de manejo e adequado zoneamento ambiental que determine a preservação da represa. A prefeitura municipal não faz um controle, monitoramento e fiscalização dessa atividade, tão importante para Ibiúna. Não há leis municipais que impeçam a construção de imóveis em determinadas localidades, leis que regulamentam políticas ambientais ou políticas públicas adequadas para a construção dos mesmos. Tão pouco, o planejamento para o desenvolvimento do turismo de segunda

residência no município. O presente trabalho pode ser uma ferramenta útil para dar início e planejamento dessas práticas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi fundamental a pesquisa em fontes locais e a obtenção de dados científicos, que comprovem a justificativa do estudo. Porém as pesquisas nessa área são recentes e não há poucas publicações relevantes sobre o tema, o que gerou uma dificuldade elevada para a aquisição dos dados. Há raros estudos nessa área e as fontes relevantes que seriam imprescindíveis, como dados levantados pela prefeitura municipal ou secretarias públicas, são desatualizadas ou não condizem com a realidade atual. A principal fonte local e totalmente ativa na conservação da represa foi a ONG SOS Itupararanga.

Em síntese, a represa de Itupararanga ainda está bem conservada e permanece agradando os turistas em geral. Cabe ao poder público e o setor privado estabelecerem práticas de desenvolvimento sustentável para que o turismo de segunda residência se mantenha como principal atividade turística no município, agregando valores indiscutíveis à represa de Itupararanga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB´SABER, Aziz Nacib, Müleer-Plantenberg, Clarita (orgs.). **Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha.** – 2. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo. Como aprender, como ensinar.** São Paulo: Senac, 2001.
- BAHL, Miguel. (Org.) **Turismo: enfoques teóricos e práticos.** São Paulo: Roca, 2003.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21.** 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- BECKER, Bertha K. **Levantamento e avaliação da política federal do turismo e seu impacto na região costeira. Brasília:** Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 8. Ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.** 3. ed. São Paulo: Futura, 2002.
- BURNS, PM. **Turismo e antropologia: uma introdução.** 1. Ed. São Paulo:Chronos; 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e desenvolvimento do Turismo no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERNANDES, Ivan Pereira; Coelho, Márcio Ferreira. **Economia do turismo.** 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- FERRETTI, Elaine Regina. **Turismo e meio ambiente.** 1ª ed. São Paulo, SP: Roca, 2002.
- FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais.** – São Paulo: Aleph, 2004.
- GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: **subsídio à elaboração da Agenda 21 Brasileira /** Maria do Carmo de Lima Bezerra e Tânia Maria Tonelli Munhoz (Coord. Geral). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consorcio TC/BR/FUNATURA, 2000.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas. v. 35. nº 3. São Paulo, 1995.
- GONÇALVES, Humberto C. **Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no Pantanal Sul-Matogrossense.** In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de. **Tuismo: impactos socioambientais.** – 3 ed. – São Paulo: Hucitec, 2001.
- HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2001

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JENKINS, Carson L e LICKORISH, Leonard J. **Introdução ao turismo** - Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000

Langenbuch, J. R. Os municípios turísticos do estado de São Paulo: determinação e caracterização geral. in Geografia, 2(3), 1-49, São Paulo, 1977.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. **O turismo no mundo de hoje**. In: Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Avaliação e contabilização de impactos ambientais** / Ademar Ribeiro Romeiro (org.). – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 10º ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo no Brasil: Análises e Tendências**. 1ª ed. São Paulo, SP: Manole, 2002.

SARTOR, Lourdes Fellini. **Introdução ao Turismo. Caxias do Sul**, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1997.

SHEPHERD, Rebecca. **Turismo: princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de Hospedagem: casas de temporada**. Ed Roca, São Paulo, 2001.